

Sistematização quer Carta Magna pronta até dezembro

Diante do rígido cronograma por ele mesmo elaborado, Bernardo Cabral pretende seguir à risca todos os prazos previstos, não permitindo o adiamento sequer, para que a Assembleia Nacional Constituinte possa preparar o mais rápido possível a nova Constituição. Para ajudá-lo na aceleração dos trabalhos, Bernardo Cabral vai contar com a ajuda de onze constituintes (a maioria, amigos pessoais) com os quais dividirá a elaboração da futura Carta Constitucional.

O relator da Comissão de Sistematização faz questão de afirmar e tornar claro que o primeiro projeto de Constituição que ele vai elaborar refletirá unicamente o que ficar decidido pelas oito comissões constitucionais temáticas, uma vez que ele, como relator-geral, não poderá apresentar nenhuma inovação. Dessa forma, ele garantiu, está disposto a colocar no seu parecer até mesmo pontos sobre os quais tem posição divergente.

Encerrado o trabalho das oito comissões constitucionais temáticas neste fim de semana, começa amanhã o trabalho efetivo da Comissão de Sistematização, responsável pela articulação do texto final do que será a nova e futura Constituição, que deverá estar pronta em meados de dezembro, segundo cálculos do relator-geral, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Caberá também à Comissão de Sis-



tematização fazer reparos aos excessos porventura praticados por alguns relatores. Seria o caso, por exemplo, de um pecado cometido no parecer da Ordem Econômica, cujo relator, o senador Severo Gomes (PMDB-SP), deixou escapar um artigo em que se revoga o Decreto-lei 1.411 (sobre minerais), o que absolutamente não pode ser uma medida constitucional (à Constituição caberia, por exemplo, revogar a figura dos decretos-leis).

O trabalho da Comissão de Sistematização começará efetivamente às 7 horas de terça-feira, quando os relatores-auxiliares de Bernardo Cabral — o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) — começarão a compatibilizar, no Produsen (Centro de Processamento de Dados do Senado Federal), os textos aprovados durante o fim de semana pelas oito comissões constitucionais temáticas.

Cronograma da Constituinte

E o seguinte o cronograma de trabalho da Comissão de Sistematização:

15/6 — (amanhã) — até às 24 horas: encaminhamento dos anteprojetos das oito comissões constitucionais temáticas à Comissão de Sistematização.

16/6 — (terça-feira) — distribuição dos avulsos dos anteprojetos das comissões temáticas.

17/6 — (quarta-feira) — início do prazo de dez dias para o relator da Comissão de Sistematização apresentar o seu primeiro parecer, com um anteprojeto que compatibilize os oito primeiros.

26/6 — (sexta-feira) — até às 24 horas: apresentação do parecer do relator da Comissão de Sistematização, com um anteprojeto.

27/6 — (sábado) — distribuição dos avulsos do parecer do relator da Comissão de Sistematização.

28/6 — (domingo) — início do prazo de recebimento de emendas ao projeto pelo prazo de cinco dias.

2/7 — (quinta-feira) — fim do prazo para recebimento de emendas até às 24 horas e discussão.

3/7 — (sexta-feira) — prazo de cinco dias para o relator apresentar na Comissão de Sistematização novo parecer, agora sobre as emendas.

7/7 — (terça-feira) — até 24 horas: apresentação do parecer sobre as emendas, com a apresentação do primeiro projeto de constituição.

8/7 — (quarta-feira) — apresentação de avulsos.

9/7 — (quinta-feira) — discussão do primeiro projeto de constituição.

10/7 — (sexta-feira) — votação do projeto de constituição e emendas.

11/7 — (sábado) publicação e distribuição de avulsos para a redação final e início do prazo de três dias para o relator dar seu parecer.

13/7 — (segunda-feira) — até às 24 horas: redação final tem que ser apresentada, com distribuição do novo avulso.

14/7 — (terça-feira) — discussão e redação final do primeiro projeto de constituição.

15/7 — (quarta-feira) — votação da redação final e encaminhamento do projeto ao plenário, para discussão e votação.

16/7 — (quinta-feira) — publicação do avulso do primeiro projeto de constituição.

17/7 — (sexta-feira) — início da discussão pelo prazo de 40 dias (até 28-8) do primeiro projeto de constituição e sua votação.

17/7 — (sexta-feira) — começa a contar os trinta primeiros dias (até 18-8) para que os constituintes possam apresentar emendas ao primeiro projeto de constituição, bem como os cidadãos (desde que reunidos em no mínimo trinta mil pessoas por emenda e patrocinados por pelo menos três entidades representativas de classe oficialmente reconhecidas; cada cidadão poderá subscrever até três emendas diferentes).

Cabral acata PMDB sobre mandato

Marcondes Sampaio

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), afirmou ontem, em entrevista ao **Jornal de Brasília**, que sua posição final a respeito da duração do mandato do presidente José Sarney será aquela que o PMDB definir em Convenção Nacional. Contudo, no seu primeiro parecer perante a comissão, dentro de 10 dias, terá de endossar a posição assumida pela Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, que optou pelos quatro anos.

Bernardo Cabral é favorável à intervenção das Forças Armadas na ordem interna, desde que convocadas pelos poderes constituídos. Como exemplo de intervenção aceitável ele citou a convocação dos militares para conter distúrbios em setores considerados essenciais — gás, energia elétrica e portos.

O deputado amazonense defende uma reforma agrária que não seja tratada como um "problema secundário", nem que seja encarada pelo "lado emocional" — um meio termo entre a proposta mais à esquerda apresentada pelo deputado pernambucano Osvaldo Lima Filho e o texto que o senador Severo Gomes apresentou — e que foi aprovado ontem —, na tentativa de conciliar os interesses de conservadores e progressistas.

Bernardo Cabral aponta ainda como temas objeto da sua atenção à reforma urbana, às 40 horas semanais de trabalho, o fortalecimento dos municípios e a questão da seguridade social.

Eis a íntegra da entrevista.

JBr — O conflito de interesse na Constituinte tem provocado, na atual fase, alguns incidentes e atrasos nas votações. No ritmo atual de atividades, quando estará pronta a nova Constituição em seu entender?

Cabral — O presidente Ulysses Guimarães está determinando a obediência a todos os prazos fixados no Regimento. Com isso, teremos condições de terminá-la no começo de dezembro. Espero que isso ocorra para que o povo não se sinta frustrado no desejo de ter uma nova Constituição e para que o atraso não afete a credibilidade do Poder Legislativo. Acho que se passarmos para 1988, o povo não ficará satisfeito. Ainda que essa Constituição não vá resolver todos os males da sociedade brasileira, o atraso seria uma restrição a mais que a Constituinte sofreria.

— Uma Constituição é um texto que se faz para o futuro, pretendendo-se que seja duradouro. Mas, o Sr. não acha que há dados da realidade atual que precisam ser levados em conta? O Sr. está procurando, por exemplo, informações no governo sobre a verdadeira situação da economia brasileira?

— Se vamos escrever uma Constituição para o futuro, não devemos nos deter numa crise conjuntural. Essas crises de inflação, de negociação da dívida externa, de juros altos, são conjunturais. Colocadas dentro da estrutura da Constituição, corremos o perigo de que daqui a 10 meses essa conjuntura difícil esteja afastada e a letra da Constituição superada. Na questão da dívida externa, por exemplo, pode-se colocar no texto constitucional: "Não será contraída nenhuma dívida se não passar pelo Congresso. Lei complementar disciplinará a matéria". Não é preciso disciplinar já, no corpo da Constituição.

— Basicamente, o papel do relator é o de trabalhar em cima das propostas dos constituintes. Mas o Sr. também deve ter propostas pessoais. Quais são?

— Eu sou obrigado a compatibilizar os textos que vierem das Comissões Temáticas. Não posso mexer neles. Pessoalmente, acho que se deva avançar um pouco mais na área social, na reforma agrária, na seguridade social, de modo a traduzir a realidade do trabalhador. Por enquanto, eu não posso fazer nada. Mas, quando o ante-



Relator prega mais avanço na área social

projeto de Constituição for para o plenário e sofrer novas emendas, voltando à Comissão, aí eu posso apresentar um substitutivo.

— Quando o Sr. fala em avançar mais na área social, o que tem em mente?

— O seguro-desemprego eu acho que devemos instituir. Temos de encontrar um ponto de equilíbrio para a estabilidade. Não podemos deixar o trabalhador à mercê da força de que dispõe o empregador e também não podemos deixar que este se sinta frustrado em ter um empregado que não seja um colaborador seu. É preciso uma fórmula em que um não se torne inimigo do outro. Sou também pelas 40 horas semanais de trabalho. Acho que a Constituinte avançará nesse sentido.

— Como o Sr. encara o papel das Forças Armadas. Elas devem ou não continuar intervindo na ordem interna?

— Acho que as Forças Armadas devem estar sempre a serviço da nação, mas temos de nos ater a uma realidade. As pessoas que dizem que as Forças Armadas devem estar voltadas só para o lado externo esquecem que os próprios Tribunais Regionais Eleitorais

pedem força para garantir os pleitos, o que é um serviço interno. Como vamos proibir isso na Constituição? Temos de encontrar um ponto de equilíbrio. Há casos em que não se pode evitar que as Forças Armadas colaborem. Em casos, por exemplo, em que os setores considerados essenciais — gás, energia elétrica ou nos portos — sejam depredados e a Polícia Militar não tenha condições de evitar, que compete ao governador convocar as Forças Armadas, que devem se colocar sempre a serviço do poder constituído, que não se confunde com o poder instituído.

— Qual, em sua opinião, deve ser a duração do mandato do presidente Sarney?

— Essa questão eu não considero importante, porque defendo o sistema parlamentarista, e nesse sistema não se dá muita importância a isso. Pessoalmente, acho que se deveria respeitar os seis anos do Presidente. Foi através da Constituição em vigor que se convocou a Constituinte e se elegeram os seus integrantes. Por isso, se a Constituição vale para todos, deve valer para o Presidente. Quanto ao ponto de vista político, fico com aquilo que o meu par-

tido decidir — seja quatro ou cinco anos. Não tenho a menor dificuldade em colocar no parecer aquilo que o PMDB decidir. Entretanto, nessa fase inicial da Comissão de Sistematização terei de optar pelo que decidiu a comissão temática competente, a da Organização dos Poderes e Sistema de governo — quatro anos.

— O Sr. tem-se encontrado com ministros militares ultimamente. Eles têm manifestado alguma preocupação em relação aos trabalhos da Constituinte?

— Todos os ministros militares são meus amigos, e nenhum deles me solicitou absolutamente nada. Nenhum deles me fez qualquer pedido, quanto mais pressão...

— Eventuais receios...
— Também não. Mais apreensivas estão as forças ligadas ao direito. Por exemplo, os tribunais superiores, os procuradores, juizes federais, Ministério Público. Até hoje eu não recebi nenhuma delegação de sindicatos da área social, o que demonstra estarem satisfeitos com o trabalho. De outra parte, nenhuma entidade ligada à agricultura — Sociedade Rural Brasileira, Confederação Nacional de Agricultura, nem UDR nem Contag — me procurou.

— Qual a sua posição em relação à reforma agrária?

— Acho que ela não deve ficar aquém do Estatuto da Terra. O texto votado (na Subcomissão da Política Agrária) ficou aquém desse Estatuto. Houve um retrocesso, e não pode haver retrocesso numa hora em que estamos preocupados com a função social da sociedade.

— Qual a sua ideia sobre como deve se processar esse avanço?

— Deve ser uma "mixagem" entre o que fez o senador Severo Gomes e o texto apresentado pelo deputado Osvaldo Lima Filho. Faz-se a mistura e ficará um trabalho bom. Deve-se evitar o artificialismo. Não se deve tratar a reforma agrária como problema secundário, mas não se deve também levá-la para o lado emocional.

— E a reforma urbana?

— Entendo que tanto quanto a reforma agrária, deve haver uma preocupação especial com a reforma urbana. As periferias das grandes cidades estão inchando. Pessoas que vêm do meio rural ficam nas periferias sem que haja saneamento e condições de uma vida digna.

— Sobre a redivisão territorial, o que o Sr. pode antecipar?

— Nessa questão eu prefiro não dar minha opinião, porque há um conflito em torno do assunto.

— E a questão tributária?

— Eu participo da corrente que prestigia os municípios. Acho que devemos atribuir um mecanismo fiscal em que os municípios sobrevivam. Temos de retirar da União o lado concentrador em que ela se manteve nesses anos. A União concentrou poder demais e os estados e municípios tornaram-se caudatários, e essa situação precisa ser modificada.

— O Nordeste sempre quis ter um tratamento especial, como forma de atenuar o desequilíbrio regional. Mas, atualmente estados do Sul também vivem uma situação dramática, reivindicando maior acesso ao Fundo de Participação. Como conciliar esses conflitos entre as regiões?

— Sou homem do Norte e conheço os problemas do Nordeste, porque eles se interpenetram. Entendo que a hora é de se prestigiar essas duas regiões. Devemos privilegiá-las um pouco mais, sem que com isso possamos enfraquecer, por exemplo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, cujos governadores estiveram comigo e mostraram inquietação. Palavras do governador Pedro Simon: "Não é possível que depois da reforma agrária São Paulo entre rico e saia muito mais rico".

Assessoria causa desagrado

A divulgação, no início da semana, da relação de parlamentares que vão assessorar o relator Bernardo Cabral na elaboração dos seus pareceres provocou reações entre parlamentares "progressistas", porque no grupo há forte presença de parlamentares conservadores. A relação é composta pelos senadores peemedebistas Fernando Henrique Cardoso (SP), José Inácio (ES), Wilson Martins (MS); pelo senador PDS, Virgílio Távora (CE), ex-vice-líder da Arena; e pelos deputados Nilson Gibson (PE), do PMDB, ex-malufista; Antônio Carlos Konder Reis (SC), relator da Constituição de 1967, uma das expressões da antiga Arena; Adolfo de Oliveira, do PL do Rio de Janeiro; Joaquim Beviláqua (PTB); Sandra Cavalcante (RJ), da PFL; de origem lacerdistas; e os peemedebistas Renato Vianna (ANC) e Nelson Jobim (RS).

Ao anunciar a formação desse grupo, Bernardo Cabral a eles se referia como "relatores-auxiliares", não fazendo qualquer distinção, salvo a indicação do deputado Adolfo de Oliveira, um conservador. Fernando Henrique Cardoso e Nelson Jobim estavam dispostos a abandonar a condição de relatores-auxiliares — versão desmentida por Bernardo Cabral.

Apesar do desmentido é sintomático que, após as reações

surgidas, Bernardo Cabral tenha separado o grupo inicial em dois, atribuindo-lhes funções diferentes. Mais próximos dele, na condição de "relatores-auxiliares", ficarão os "progressistas" Fernando Henrique, Jobim, Wilson Martins e José Inácio, que influenciarão mais diretamente na elaboração do texto. Os demais, designados "relatores de campo", terão a incumbência de auscultar os integrantes da Comissão de Sistematização, recolhendo sugestões para o parecer.

A propósito do noticiário gerado pela composição desses grupos, Bernardo Cabral deu uma explicação reveladora dos critérios por ele adotados: "É preciso que se diga que a escolha de Adolfo de Oliveira para me ajudar nessa coordenação deveu-se primeiro a ele ter sido fundador do MDB e secretário-geral do partido; segundo, ele não está no PMDB por circunstâncias política do Rio de Janeiro; terceiro, é meu amigo há mais de 20 anos, o quarto, ele é pai do filho do Mário Covas. É bom dizer também que essa equipe que trabalha comigo não tem nenhuma coloração político-partidária. Um dos nomes indicados — senador Virgílio Távora — foi lembrado pelo próprio senador Fernando Henrique Cardoso.



Adolfo: bem relacionado